

CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DA 756ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

CNPJ Nº 07.237.373/0001-20

NIRE: 23300006178

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2022, às 09 (nove) horas, no auditório do Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste do Brasil S.A., situada na Avenida Dr. Silas Munguba, 5.700, bloco C1-Térreo, Passaré, CEP 60.743-902 – Fortaleza/CE, realizou-se **reunião extraordinária** do Conselho de Administração, sob a Presidência do Sr. Saumíneo da Silva Nascimento, e com a participação dos conselheiros, Sr. Guido Antônio da Silva Carneiro, Sr. José Ilo Rogério de Holanda, Sr. Leonardo Faletti, Sra. Liduína Aragão Matos Donato e Sr. Rheberny Oliveira Santos Pamponet, todos por videoconferência, e do Sr. José Gomes da Costa, presidente interino do BNB, de forma presencial, tendo como secretário “ad hoc” o Sr. Fabrizzio Leite Feitoza, chefe do Gabinete da Presidência. Contou ainda com a participação do Sr. Fabiano de Figueiredo Araújo, presidente do Conselho Fiscal, e dos membros do Conselho Fiscal, Sra. Fernanda Peixoto Souto e Sr. Luiz Alberto da Silva Júnior; dos Srs. João Décio Ames, João Andrade Vieira da Silva, e Luiz Alberto de Castro Falleiros, membros do Comitê de Auditoria; e dos Srs. Antonio Martinigo Filho e José Monteiro Varanda Neto, membros do Comitê de Riscos e de Capital; Sr. Lourival Nery dos Santos, diretor de Controle e Risco, Sra. Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros, superintendente de Controladoria; Sr. Bruno Ricardo Pena de Sousa, diretor de Planejamento, Sr. Hildeberto Barroso Neto, gerente do Ambiente da Superintendência de Estratégia e Organização, Sr. João Robério Pereira de Messias, superintendente de Políticas de Desenvolvimento em exercício, Sr. Ernesto Lima Cruz, superintendente de Auditoria; Sr. Jean Marcell de Miranda Vieira, superintendente jurídico; Sr. José Rubens Dutra Mota, gerente do Ambiente da Superintendência de Políticas de Desenvolvimento Sustentável; Sr. Eliseu Castelo Branco Júnior, gerente executivo do Ambiente de Planejamento; Sra. Renata Zanotta e Sr. Ulisses Thomas, representantes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, empresa de Auditoria Externa do Banco. Constatada a existência de *quorum* para deliberação, declarou-se iniciada a reunião, passando o Conselho a examinar as seguintes matérias: **1. Proposta de Ação Administrativa nº 2022/622-10-01, de 31/01/2022 - Demonstrações Financeiras (DF's) do Exercício de 2021, do Banco e do FNE; Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) do Banco; Proposta de Distribuição de Dividendos e Pagamento sob forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos Dividendos do Exercício; Constituição de Reservas Legal e Estatutárias; Caderno de Desempenho Econômico-Financeiro do Banco e FNE; Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro do Banco; Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro do FNE, Comentário dos Administradores sobre a situação financeira do Banco; e Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras (DF's).** O Sr. Lourival Nery dos Santos, diretor de Controle e Risco e a Sra. Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros, superintendente de Controladoria, iniciaram a apresentação relatando: **Demonstrações Financeiras do Banco e do FNE - exercício de 2021:** O Sr. Lourival Nery dos Santos, diretor de Controle e Risco, apresentou as Demonstrações Financeiras do Banco e do FNE – do exercício de 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as disposições da legislação societária, normativos do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como também a regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais. **Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP):** o Sr. Lourival apresentou o documento que é exigido pela Instrução nº 480 da CVM, o qual se refere, à transcrição, em aplicativo da CVM, dos dados das Demonstrações Financeiras do Banco com os ajustes decorrentes do modelo daquele Órgão. **Proposta de Distribuição de Dividendos e Pagamento sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos Dividendos do Exercício:** o Sr. Lourival informou que, conforme o disposto no artigo 33, item XVI, do Estatuto do Banco Nordeste do Brasil S.A., cabe à Diretoria Executiva propor ao Conselho de Administração o pagamento de dividendos, depois do levantamento dos resultados de cada semestre. Informou, ainda, que de acordo com o artigo 50, do citado Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração propor à

Assembleia Geral, a destinação do resultado do exercício social. Considerando os dispositivos citados, do lucro líquido apurado em 2021, está sendo proposta a distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos dividendos do exercício, no montante bruto de **R\$ 385.896.934,24** (líquido de IR: **R\$ 384.751.903,86**), que corresponde a **25,08%** (líquido de **25,00%**) da Base de Cálculo dos Dividendos, e representa uma distribuição de R\$ 4,4678753418 (líquida de R\$ 4,4546182968) por cada ação ordinária componente do capital social. **Constituição de Reservas Legal e Estatutárias:** dando sequência, o Sr. Lourival informou sobre a proposta de constituição de Reserva Legal no valor de **R\$ 80.924.640,34**, estando o total acumulado, até dezembro/2021, em **R\$ 526.411.004,70**, dentro do limite de até 20% sobre o Capital Social, previsto na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto do Banco. Continuando, colocou a proposta de destinação do Lucro Remanescente do Exercício de 2021, para constituição de Reservas Estatutárias – Reserva para Margem Operacional – no valor de **R\$ 864.669.367,40**, passando o saldo para **R\$ 944.684.720,59**, e de Reserva Estatutária – Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor **R\$ 288.223.122,48**, cujo saldo passará para **R\$ 708.208.304,82**, estando essas Reservas Estatutárias, dentro do limite estabelecido no Artigo 52 do Estatuto Social. **Caderno de Desempenho Econômico-Financeiro:** o documento apresentado contempla informações contábeis e gerenciais do exercício de 2021. **Relatório do Desempenho Econômico-Financeiro do Banco – exercício de 2021:** O Sr. Lourival Nery dos Santos, diretor de Controle e Risco, apresentou o Relatório do Desempenho Econômico-Financeiro do Banco para o exercício de 2021, informando, em primeiro momento, o Ativo Total do Banco, que findou o exercício em R\$ 60,3 milhões, com destaque para o incremento observado em operações de crédito de R\$ 2,6 bilhões (22,6%), totalizando um saldo de R\$ 14,3 bilhões (R\$ 11,7 bilhões em dezembro/2020). Em relação ao resultado, o diretor destacou o lucro obtido no período, no valor de R\$ 1.618,5 milhões, montante 58,8% maior que o obtido no exercício anterior (R\$ 1.019,2 milhões). Esse resultado teve como principais fatores: o aumento da margem financeira do BNB motivado pela elevação da carteira do Crediamigo e suas receitas, além do *Impairment* de títulos ocorrido em 2020 (-R\$ 312,0 milhões) que não se repetiu em 2021, e do aumento da Selic. A Margem Financeira de operações com recursos do FNE também teve impacto positivo de receitas de *Del Credere* (+R\$ 310,0 milhões). Além disso, o diretor explicou que houve reversão dos valores provisionados em 2020 a título de provisão prudencial (reversão de R\$ 509,9 milhões) e adoção de novos critérios de cálculo dessa provisão complementar que constituiu R\$ 252,1 milhões em novas provisões. No resultado final, o saldo do item restou positivo em dezembro/2021. Conforme a Demonstração de Resultado Societária do exercício 2021, comparando o ano anterior, as Receitas de Intermediação Financeira aumentaram 26,8%, alcançando a cifra de R\$ 5.004,2 milhões; já as Despesas da Intermediação Financeira foram ligeiramente menores (-0,2%), ficando em R\$ 2.094,5 milhões. As Receitas de Prestação de Serviços foram de R\$ 2.642,4 milhões (redução de 3,8%). Este item sofreu impacto das disposições da Medida Provisória Nº 1.052, que, entre os meses de julho e setembro/2021, reduziu a Taxa de Administração de 2,1% para 1,0%. As rendas de tarifas foram de R\$ 124,1 milhões, frente aos R\$ 100,5 milhões registrados em 2020. As Despesas de Pessoal aumentaram 5,3%, para R\$ 1.874,0 milhões, considerando os reajustes salariais, adicional de férias e décimo terceiro salário no período. As demais Despesas Administrativas apresentaram elevação de 13,5%, totalizando R\$ 1.539,9 milhões. O Resultado Operacional foi de R\$ 2.814,2 milhões, um crescimento de 81,4%; e o resultado dos tributos foi de R\$ 1.116,2 milhões de despesas, sendo uma carga tributária que correspondeu a 39,4% do Lair. O diretor informou ainda que as provisões para participações estatutárias sobre o Lucro foram de R\$ 98,1 milhões. O Sr. Lourival seguiu dando ênfase às ocorrências que impactaram o resultado e são consideradas como não recorrentes, apresentando o resultado recorrente do Banco em 2021 (R\$ 1.580,6 milhões) em comparação a 2020 (R\$ 1.441,1 milhões). Em seguida, falou sobre os Índices de adequação de capital – Basileia: o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para

cobertura do IRRBB) de 13,25% (12,83% em 31/12/2020), o índice de Nível I ficou em 11,33% (10,02% em 31/12/2020) e o de Capital Principal foi de 10,23% (8,82% em 31/12/2021). O PR apurado foi de R\$ 9.958.487 mil (R\$ 8.729.534 mil em 31/12/2020), o Nível I apresentou o valor de R\$ 8.132.403 (R\$ 6.675.190 em 31/12/2020) e o Capital Principal registrou o valor de R\$ 7.341.914 mil (R\$ 5.879.301 em 31/12/2020), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 71.799.387 mil (R\$ 66.623.721 mil em 31/12/2020). Sobre a Participação nos Lucros ou Resultados dos Empregados, o conjunto de indicadores registrou uma pontuação de 97,6% na PLR Básica e de 93,3% na PLR Social, que correspondem ao percentual de lucro a distribuir de 8,73% e 2,25%, respectivamente. Dessa forma, o percentual de lucro líquido a distribuir totalizaria 10,98%. Entretanto, respeitado o limite de 25% do lucro acumulado para pagamento dos dividendos, foi provisionado um montante de R\$ 96,5 milhões para o Programa PLR, no período de janeiro a dezembro/2021, equivalente a 5,96% do Lucro Líquido. O diretor finalizou essa seção apresentando os indicadores de desempenho do BNB: Rentabilidade sobre PL médio: 23,7% (17,4% em 2020); Eficiência Operacional: 53,1% (63,0% em 2020); Despesas de Provisão sobre Saldo Médio de Operações de Crédito: 1,8% (3,7% em 2020); Risco AA até C: 92,8% (93,6% em 2020); Inadimplência > 90 dias: 3,0% (1,3% em 2020); Cobertura da Inadimplência: 194,3% (471,2% em 2020); e Índice de Basileia: 13,9% (13,1% em 2020). **Relatório do Desempenho Econômico-Financeiro do FNE – exercício de 2021:** Ato contínuo, o diretor Lourival falou sobre o desempenho econômico-financeiro do FNE em 2021. Informou que ao final de dezembro, o saldo de ativos do Fundo apresentou um acréscimo de 12,0% em relação a dezembro de 2020, alcançando R\$ 107.839,81 milhões, ressaltando que 78,9% dos ativos do Fundo encontram-se aplicados em operações de crédito e 15,7% estão comprometidos com operações já contratadas. Em seguida, o diretor informou que o Fundo apresentou resultado positivo de R\$ 1.883,8 milhões, o que representou um crescimento de 335,8% em relação ao resultado negativo registrado no exercício de 2020 (R\$ 798,7 milhões), passando a explicar os principais motivos para tal variação. Além do exposto, o Sr. Lourival apresentou os indicadores de desempenho do FNE, considerando os principais itens de performance do Fundo em relação ao seu Patrimônio Líquido, às suas Operações de Crédito, ao Resultado, e à Inadimplência. **Comentário dos Administradores sobre a situação financeira do Banco:** na sequência, o Sr. Lourival, apresentou o documento “Comentários dos Administradores sobre a situação financeira do Banco” elaborado para atendimento às disposições do Artigo 25, parágrafo 1º, Inciso VI, da Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras do Banco:** foi apresentado, ainda, o texto da Declaração de concordância com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2021, a ser assinada pelos Diretores, em atendimento ao artigo 25, da ICVM Nº 480. Por fim, o Sr. Lourival ressaltou que as Demonstrações Financeiras do Banco, **na forma resumida**, serão publicadas no Jornal "O Povo", e, em seu teor completo, divulgadas em repositórios na internet (portais do Jornal O Povo, da CVM, da Central de Balanços do Sistema Financeiro Nacional e do Banco) conforme nova redação dada ao artigo 289, da Lei 6.404/76, pela lei nº 13.818, de 24.04.2019, em vigor a partir de janeiro/2022. Após as apresentações, o presidente do Conselho de Administração registrou que o Banco tenha especial atenção em relação às despesas administrativas, com objetivo de redução e eficiência nos resultados. Foi concedida a palavra ao Sr. João Décio Ames, representando o Comitê de Auditoria, o qual informou que o Coaud revisou as demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas e o Relatório da Administração, e indicou que estes estão em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco. A Sra. Renata Zanotta, representante da E&Y Auditores Independentes, apresentou opinião sem modificação acerca das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste e do FNE, do exercício de 2021. Na sequência, o Conselho de Administração

manifestou-se favoravelmente à proposta apresentada e determinou o seu encaminhamento para a deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Foi concedida a palavra ao Sr. Fabiano de Figueiredo Araújo, Presidente do Conselho Fiscal, que, em nome deste colegiado, informou que as demonstrações contábeis apresentadas refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco. O Conselho Fiscal se manifestou, ainda, favorável às propostas de Distribuição de Dividendos e Pagamento sob a forma de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) imputados aos Dividendos do Exercício e do Estudo Técnico sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos – dezembro/2021. **1.2. Proposta de Ação Administrativa nº 2022/509-020 – Estudo Técnico sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos – dezembro/2021.** O Sr. Lourival Nery dos Santos, diretor de Controle e Risco, relatou que a constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos pelo Banco do Nordeste é plenamente justificável, pelos seguintes motivos: a) pela observância de todos os requisitos dispostos na legislação da Comissão de Valores Mobiliários, do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional; em função do histórico de lucratividade da Instituição e da projeção de resultados futuros favoráveis; e por ser um procedimento necessário, inclusive previsto na legislação aplicável, para mensuração dos resultados societários da Instituição, bem como para a justa remuneração dos seus investidores. Para o cálculo dos ativos e passivos fiscais diferidos, é utilizada a alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) para o IRPJ, aplicadas sobre o Lucro Societário, depois de efetuados os ajustes, determinados pela legislação fiscal, o que chamamos de Lucro Real. Para a CSLL, com o fim da vigência da alíquota de 25% definida a partir da Lei n.º 14.183/2021, haverá o retorno da alíquota de 20%. O diretor salientou que os ativos e os passivos fiscais diferidos equalizam os resultados societários, eliminando o efeito da carga tributária sobre diferenças temporárias que se constituem em despesas dedutíveis ou receitas tributáveis em exercícios futuros, além de favorecer a melhor análise horizontal das demonstrações financeiras ao longo de vários exercícios, bem como minimizam as oscilações na percepção dos rendimentos dos acionistas, decorrentes de efeitos meramente fiscais, ao tempo em que não incorrem em qualquer impacto no passivo a ser recolhido ao Tesouro Nacional, pois os créditos tributários e os passivos fiscais diferidos são figuras, eminentemente, societárias. Reforçou que no ano de 2021, após a compensação entre a constituição e a realização, o estoque de AFD perfez o valor de R\$ 3,2 bilhões e o PFD totalizou no exercício o valor de R\$ 383,7 milhões. O Conselho de Administração aprovou a Proposta de Ação Administrativa nº 2022/509-020 – Estudo Técnico sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos – dezembro/2021. **1.3. Informação nº 1683-017 – Relatório de Gestão de Capital – dezembro/2021.** O diretor Lourival apresentou, para fins de tomada de conhecimento, o relatório de acompanhamento da gestão de capital contemplando: a) análise da variação dos índices de requerimento mínimo de capital em relação a dezembro/2020; b) detalhamento das principais variações ocorridas no Patrimônio de Referência (PR), nos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e no capital para risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB); c) análise do gerenciamento de capital; d) monitoramento das margens de acionamento do Plano de Contingência; e e) Razão de Alavancagem. Salientou que em dezembro/2021, o índice de PR considerando o IRRBB ficou em 13,25%, apresentando uma elevação de 0,42 ponto percentual em relação a dezembro/2020 (12,83%). Essa elevação no índice ocorreu devido à expansão de R\$ 1,23 bilhão no Patrimônio de Referência (PR), apesar do crescimento de R\$ 154,6 milhões no Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB) e da elevação de R\$ 5,18 bilhões nos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O índice de PR ficou em 13,87% (13,10% em dezembro/2020), registrando uma elevação de 0,77 ponto percentual em relação ao mês anterior. O índice de PR Nível I (NI), por sua vez, ficou em 11,33% (10,02% em dezembro/2020), apresentando uma expansão de 1,31 ponto percentual se comparado ao período anterior. Já o índice de Capital Principal (CP) chegou a 10,23% (8,82% em dezembro/2020), apresentando um crescimento de 1,40 ponto percentual se comparado ao

período anterior. O Conselho de Administração tomou conhecimento da Informação nº 1683-017 – Relatório de Gestão de Capital – dezembro/2021. **1.4. Relatório do Comitê de Auditoria.** O coordenador do Comitê de Auditoria, Sr. João Décio Ames, fez os seguintes registros: a) o Sistema de Controles Internos e *Compliance* é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco, oferece segurança razoável de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e à proteção dos ativos do Banco estão sendo atingidos e é objeto de permanente atenção por parte da Administração. Não obstante, oportunidades de melhoria foram identificadas em trabalhos das áreas de controles internos, gestão de riscos, auditoria interna, auditoria externa e órgãos externos de fiscalização e controle, dando origem a ações da Administração objetivando o aprimoramento dos controles; b) a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade; c) não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/s. O Coaud avalia como satisfatória a qualidade das informações e dos serviços prestados relacionados ao 2º semestre de 2021, e considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios do Banco; d) as Demonstrações Financeiras do 2º semestre de 2021, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco; e) não chegou ao conhecimento do Coaud, no semestre, a existência e/ou evidências de erros, fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas pela Administração, por funcionários ou por terceiros, ou que dada a sua relevância deveriam ser comunicados ao Banco Central. O Conselho de Administração tomou conhecimento do Relatório do Comitê de Auditoria do segundo semestre de 2021. **2. Proposta de Ação Administrativa nº 2022/622-07-01 - Aumento do Capital Social do Banco mediante incorporação de Reservas Estatutárias; e Alteração do Artigo 7º do Estatuto Social do Banco.** O Sr. Lourival Nery dos Santos, diretor de Controle e Risco, apresentou a proposta de aumento do capital social do Banco de 6.293.460.000,00 (seis bilhões, duzentos e noventa e três milhões e quatrocentos e sessenta mil reais) para R\$ 7.445.600.000,00 (sete bilhões, quatrocentos e quarenta e cinco milhões e seiscentos mil reais), mediante a incorporação de R\$ 1.152.140.000,00 sendo R\$ 942.147.408,83 alocados em Reservas para Margem Operacional e R\$ 209.992.591,17, provenientes da Reserva para Equalização de Dividendos Complementares. Informou que o aumento de capital se dará sem distribuição de novas ações, consoante previsto no art. 169, § 1º, da Lei nº 6.404/76. O Sr. Lourival ratificou que a proposta de aumento de Capital está em conformidade com as disposições estatutárias e diretrizes do Plano de Capital para o período 2022 a 2026, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 14/12/2021. O Conselho Fiscal manifestou-se favoravelmente ao aumento do Capital Social em decorrência de incorporação de Reservas para Margem Operacional e Reservas para Equalização de Dividendos Complementares, conforme Parecer. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à proposta de aumento do capital social por incorporação de Reservas para Margem Operacional e Reservas para Equalização de Dividendos Complementares, e alteração do Artigo 7º do Estatuto Social do Banco, determinando o seu encaminhamento à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. **3. Proposta de Ação Administrativa nº 2022/955-003 - Relatório de Administração referente ao exercício do ano de 2021.** O Diretor de Planejamento, Sr. Bruno Ricardo Pena de Sousa, e o Superintendente de Estratégia e Organização, em exercício, Sr. Hildeberto Barroso Neto, em cumprimento às exigências estabelecidas pela Lei 6.404/76 e ao Estatuto Social do Banco, apresentaram o Relatório de Administração de 2021. O documento reúne os principais destaques referentes aos resultados e os aspectos relevantes da estratégia empresarial, do desempenho econômico-financeiro, do desempenho operacional e da governança corporativa da instituição. O Relatório será publicado, no mês de março de 2022, juntamente com as demonstrações

financeiras do exercício de 2021 do Banco, no Diário Oficial do Estado do Ceará e no domicílio jornalheiro da sede da empresa 'Jornal O POVO'. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à Proposta de Ação Administrativa nº 2022/955-003 – Relatório da Administração referente ao exercício do ano de 2021 e encaminhou para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **4. Proposta de Ação Administrativa nº 2022/660-002-01 - Dotação Orçamentária dos Fundos de Pesquisa Fundeci e FDR 2022.** O Diretor de Planejamento, Sr. Bruno Ricardo Pena de Sousa, e o Superintendente de Políticas de Desenvolvimento, em exercício, Sr. João Robério Pereira de Messias, apresentaram a proposta, que compreende, para o exercício de 2022, conforme o Programa de Dispêndios Globais (PDG), um orçamento de R\$ 15,0 milhões. O diretor Bruno relatou que no ano de 2021, foi estabelecido um orçamento global de R\$ 20,0 milhões, composto por R\$ 6,36 milhões de saldo livre de ônus relativo a exercícios anteriores (recursos devolvidos pelos conveniente ou não desembolsados pelo Banco) e por R\$ 13,64 milhões de recursos novos. Para o ano de 2022, o saldo livre de ônus é de R\$ 10,4 milhões, sendo necessário o aporte adicional de recursos no valor total do dispêndio global aprovado para o corrente exercício, de R\$ 15,0 milhões, para fins de atendimento da demanda projetada. Dessa forma, aprovada a dotação orçamentária complementar de R\$ 15,0 milhões, o orçamento global dos fundos para 2022 ficará em R\$ 25,4 milhões (acréscimo de 27% do orçamento global disponibilizado para 2021). O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à Proposta de Ação Administrativa nº 2022/660-002-01 - Dotação Orçamentária dos Fundos de Pesquisa Fundeci e FDR 2022 e encaminhou para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **4.1. Informação 2022/660-001 – Relatório Anual de Aplicação dos Fundos de PD&I do Banco do Nordeste.** O diretor Bruno Pena informou que, anualmente, o Ambiente de Programas Especiais e de Fundos de Pesquisa elabora relatório contemplando os resultados da gestão dos Fundos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) do BNB, a ser submetido à apreciação e aprovação do Comitê Gestor da Diretoria de Planejamento, sendo posteriormente, encaminhado para conhecimento da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, quando solicitado. Dessa forma, apresentou o Relatório de Aplicação do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) relativo ao período de janeiro a dezembro de 2021, destacando que, no período de 50 anos de existência do Fundeci e 34 anos do FDR, completados em 2021, foram apoiados com recursos não reembolsáveis, 3.391 projetos de pesquisa, de difusão e inovação, envolvendo recursos da ordem de R\$ 321,9 milhões. O Conselho de Administração tomou conhecimento da Informação 2022/660-001 – Relatório Anual de Aplicação dos Fundos de PD&I do Banco do Nordeste. **5. Convocação da Assembleia Geral Ordinária para o dia 28 de março de 2022 / Editais de Convocação.** O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Saumíneo da Silva Nascimento, comunicou que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio da Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União, designou o dia 28/03/2022 para a realização da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do Banco. Em função da designação desta data para realização da Assembleia Geral Ordinária e, tendo em vista a necessidade de realização de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre alteração do Estatuto Social conforme propostas já apreciadas, o colegiado, por deliberação unânime, autorizou o Presidente do Conselho a convocar as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de acionistas do Banco para 28/03/2022. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, cuja ata, por mim, Fabrizzio Leite Feitosa, Secretário, vai assinada pelos Conselheiros presentes: Saumíneo da Silva Nascimento, José Gomes da Costa, Guido Antonio da Silva Carneiro, José Ilo Rogério de Holanda, Leonardo Faletti, Liduina Aragão Matos Donato e Rheberny Oliveira Santos Pamponet. Declaro que a presente cópia está conforme o original, lavrada no competente livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração do Banco do Nordeste do Brasil S.A., nº 09, às fls. 199 a 205. Confere: Fabrizzio Leite Feitosa.